
Movimentos Sociais e Movimentos de Mulheres em Moçambique

Isabel Maria Casimiro

Introdução

Os movimentos de mulheres e os movimentos feministas são considerados – em conjunto com o movimento pacifista e ecologista – poderosos movimentos federativos. Desde o seu ressurgimento na década de 60 do século XX, na que foi designada a II vaga do Feminismo¹, estes movimentos estão em constante processo de transformação em todo o mundo e, mais que um movimento internacional, são movimentos transnacionais, colocando problemas específicos, em cada país, e para diferentes grupos de mulheres, mas defendendo princípios universais e gerais de direitos humanos, de oportunidades iguais no respeito pelas diferenças (Abeysekera 2003:1). A gravidade da situação e as discontinuidades do processo histórico, na segunda metade do século XX, são tais, que se pode falar de uma crise civilizacional (Riechman e Buey 1994:12; Fouque 1996), sendo a crise ecológica global uma das suas componentes. É impensável falar em contrato social, sem falar num contrato com a vida e de um contrato com a natureza, não se tratando apenas de proteger os seres humanos, mas garantir que a cada um, mulher e homem, seja permitida a possibilidade de escolher a sua própria identidade e vida, num processo de democratização permanente (Fouque 1996: 9). Esta é também a proposta dos movimentos sociais de mulheres, a partir da década de 80 do século XX.

A maior visibilidade dos movimentos de mulheres e feministas a nível internacional verificou-se a partir da Década das Nações Unidas para as Mulheres iniciada em 1975, com as várias Conferências das Nações Unidas, principalmente a da População, 1992, Cairo, a dos Direitos Humanos, 1993, Viena, e a das Mulheres, 1995, Beijing.

Desde finais de 1980 mas particularmente a partir da década de 90, Moçambique vem experimentando uma explosão de organizações de mulheres ou que lutam pelos direitos humanos das mulheres. O seu surgimento foi possível graças à aprovação pela então Assembleia Popular da II Constituição da República em Novembro de 1990, e também à aprovação da Lei 8/91 sobre as Associações. A nova Constituição consagrou o princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos no quadro de um sistema multipartidário e o princípio da separação do poder legislativo, executivo e judicial e da realização de eleições livres, no âmbito duma democracia representativa de tipo Ocidental. A Luta Armada de Libertação Nacional, dirigida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), entre 1964-74, jogou igualmente um importante papel pelo seu posicionamento em relação à libertação da mulher como factor fundamental para a libertação da sociedade, assim como as políticas assumidas a partir da independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975.

O surgimento das associações de mulheres está relacionado com vários aspectos da história que têm caracterizado Moçambique durante grande parte do século XX mas, sobretudo no decurso das últimas quatro décadas. Algumas surgiram da imposição da ajuda ao desenvolvimento, num ambiente neo-liberal de crítica do Estado pós-independência, por não ter conseguido promover o desenvolvimento, Estado considerado autocrático, e que não possibilitou o crescimento dum movimento associativo autónomo, fora do seu controlo, à semelhança do que acontecera no período colonial (Sogge 1997). Outras surgiram também da iniciativa de grupos específicos, que sentiram a necessidade de se organizar para resolver questões concretas da sua sobrevivência, e que se foram revelando mais eficazes no sentido de providenciar meios mais efectivos e eficientes, para o desenvolvimento a nível micro.

As organizações de mulheres de tipo voluntário, fora dos grupos domésticos ou familiares (Wipper 1995:164), são das primeiras a surgir, a partir da década de 80. Trata-se de associações com ou sem fins lucrativos e em áreas tão diversas como: o Desenvolvimento da Família (AMODEFA), 1989; de Mulheres Empresárias e Executivas (ACTIVA), 1990; para o Desenvolvimento Rural (AMRU), 1991; das Donas de Casa (ADOCA), 1992; mas também para a defesa dos direitos humanos da mulher (MULEIDE), a primeira organização sobre direitos humanos a surgir, em Moçambique, 1991. No geral, são organizações que se criam em torno de áreas ligadas à mulher, no âmbito da divisão sexual e social do trabalho, da construção da identidade feminina, das relações sociais, e de poder existentes. Estão neste grupo as organizações ligadas à saúde materno-infantil e planeamento familiar, à defesa e protecção da criança, à educação, às donas de casa, ao desenvolvimento rural e comunitário, para a defesa dos direitos humanos das mulheres, e por diferentes categorias sócio-profissionais (empresárias e executivas, professoras, profissionais das carreiras jurídicas, funcionárias públicas), organizações ligadas à questão da terra – associações e cooperativas de camponeses – e ambiente.

Com este texto pretendo resgatar a experiência do Fórum Mulher – Coordenação para Mulher no Desenvolvimento – uma rede de 80 associações, sindicatos, organizações comunitárias de base, instituições do governo, e internacionais, com sede em Maputo, Moçambique. Esta rede tem conseguido construir alianças e coalizões cruzando as diferenças de classe, cor da pele, etnicidade, língua e outras identidades variadas, envolvendo-se através dos seus membros em acções colectivas que contribuem para mudanças nas políticas e na legislação bem como nas estruturas de tomada de decisão (Abeysekera 2003: 1).

Movimentos Sociais e Movimentos de Mulheres

Os movimentos sociais são normalmente descritos como grupos de pessoas que realizam actividades conscientes e colectivas com o objectivo de promover a mudança social, protestando contra a estrutura de poder estabelecida e as normas e os valores dominantes. Estes movimentos contribuem para os processos de mudança e transformação constante, possibilitando uma vasta rede de alianças que têm conduzido a mudanças políticas, económicas e sociais (Abeysekera 2003: 1).

Trata-se de movimentos que clamam por ser reconhecidos como actores políticos e sujeitos sociais com reivindicações e objectivos para o conjunto da vida social. Alguns dos novos movimentos sociais preferem associar-se em formas democráticas, através da democracia directa e participativa, recorrendo na sua prática quotidiana a princípios de consenso, reconhecimento da diferença e tolerância.

Alberto Melucci (1994), estudioso italiano dos Movimentos Sociais, define-os como redes de solidariedade com fortes conotações culturais que desafiam o discurso dominante e os códigos que organizam a informação e dão forma às práticas sociais. Adianta que os movimentos sociais podem ser considerados os profetas do presente, uma vez que, ‘anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos’ (Melucci 2001).

A análise de Melucci permite-nos compreender ‘que os movimentos sociais não se constituem como fenómenos colectivos homogéneos ou como personagens dotados de vontades, projecto e sentidos independentes dos impulsos, pressões e restrições do contexto societal como puras subjectividades. Muito menos constituem-se como reflexos ou efeitos automáticos e necessários da realidade objectiva. Antes de mais nada, os movimentos sociais são acções colectivas de carácter fragmentário e heterogéneo que destinam boa parte de suas energias e recursos para a gestão da sua complexidade’. (Lüchmann e Rodrigues 2003:1).

Melucci descreve o movimento social como uma acção colectiva articulada em forma de redes e refere o carácter multipolar dos movimentos sociais. A sua orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a acção se refere (Melucci 2001).

Boaventura de Sousa Santos considera que a característica dos Novos Movimentos Sociais tão heterogêneos é a crítica da regulação e da emancipação social capitalista, através da identificação de novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e que não atingem especificamente uma classe social, mas sim grupos sociais ou a sociedade no seu todo (conflito e ruptura). Estas novas formas de opressão estão relacionadas com a guerra, a poluição, o machismo, o racismo, o produtivismo, a sociedade de consumo (Santos 1994:222).

De entre os Novos Movimentos Sociais, os movimentos de mulheres e feministas têm permitido a construção de alianças e coalizões cruzando as divisões de classe, cor da pele, etnicidade, língua, e outras identidades diversas (solidariedade), engajando-se na acção colectiva e desafiando o status quo (conflito), com o intuito de transformar as políticas e as estruturas de tomada de decisão (ruptura) (Abeysekera 2003: 1).

Os movimentos de mulheres e feministas constituem uma diversidade de teorias e movimentos que criticam o preconceito masculino e a subordinação das mulheres, comprometem-se com a eliminação da desigualdade de género e têm uma perspectiva transformadora sobre qualquer assunto que diga respeito às mulheres e homens, desafiando o modo como as relações de género são socialmente construídas.

De acordo com a nigeriana Ifi Amadiume (1987) o feminismo é a 'Consciência política pelas mulheres que leva a um sentimento forte de auto-consciência, auto-solidariedade feminina e, por conseguinte, a questionar e a desafiar as desigualdades de género nas instituições sociais'.

No continente Africano o feminismo tem sido definido como um movimento político que procura transformar as relações de género que são opressivas para as mulheres e como a luta popular das mulheres pela libertação das várias formas de opressão a que estão sujeitas. Algumas feministas Africanas defendem mesmo que o feminismo tem as suas raízes na realidade Africana, devido à consciência sobre a opressão que leva as mulheres a desafiar as diversas formas que a discriminação com base no género assume (Mannathoko 1992).

Para a organização feminista do Terceiro Mundo DAWN-MUDAR (Development Alternatives with Women for a New Era/Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo), criada em 1985, aquando da Conferência das Nações Unidas para a Mulher, realizada em Nairobi, Kenya, existe e deve existir uma variedade de feminismos em resposta às diferentes necessidades e preocupações de diversas mulheres e homens, definido por e para elas. Estas tendências diversas traduzem-se nas explicações sobre a opressão das mulheres, nas visões de libertação, e nos quadros epistemológicos em que se inserem.

O Movimento de Mulheres em Moçambique

Até 1989 e, para além da União Geral das Cooperativas, em Maputo, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) era a única organização de mulheres, criada pela FRELIMO, em 1973, e a única com implantação nacional. Em 1989 surgiram as

primeiras organizações de mulheres, fora da OMM, com carácter sócio-profissional, denominadas ACTIVA – Associação de Mulheres Empresárias e Executivas – e a AMODEFA - Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família – filiada na Associação Internacional para o Planeamento Familiar. Em 1991 surgiram a PROGRESSO – organização de carácter comunitário e a primeira, de âmbito nacional, a trabalhar fora de Maputo, nas províncias nortenhas de Cabo Delgado e Niassa –, a MBEU – Associação para Promoção do Desenvolvimento Económico e Sócio-Cultural da Mulher –, e a AMRU – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural.

A maior parte destas organizações foi criada por ex-membros do Governo, alguns descontentes com as transformações ocorridas e a erosão do sonho socialista, e com membros de outras instituições do Estado, de instituições do ensino e da saúde, de profissões liberais, etc. Houve membros que aderiram a este novo movimento à procura de espaços e poder, alguns em busca de um emprego alternativo, devido à queda no poder de compra dos seus vencimentos, outros porque as ONG's internacionais e as Agências de Financiamento procuravam parceiros locais, num momento de reordenamento das forças políticas em Moçambique. Foram, deste modo, surgindo associações com ou sem fins lucrativos, a maior parte baseada nos seus membros – sindicatos, grupos de mulheres, associações de camponeses, cooperativas, associações profissionais, clubes desportivos; organizações comunitárias de base, com uma base de membros local; *Fora*, Redes, ou Fundações – Fórum Mulher, Fórum das ONG's Nacionais, Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade; serviços de apoio institucional – LINK – Fórum das ONG's, *African American Institute*; Serviços de Consultoria e Formação. Muitas das associações criadas têm programas de formação para os seus membros ou congéneres e de investigação sobre temáticas específicas. À semelhança de outros países, surgiu também, em 1990, um Gabinete da Esposa do Presidente da República, instituição do Estado, a trabalhar junto da Presidência da República.

Estas organizações são bastante diversas quanto aos seus objectivos, características dos membros, regiões de actuação e programas de trabalho. As suas preocupações prendem-se com os direitos humanos, questões de sobrevivência económica, bem-estar social, desenvolvimento da família, terra, educação, saúde, habitação, emprego, desenvolvimento comunitário, abastecimento de água.

Algumas associações foram-se revelando autoritárias na procura de espaços e poder e na sua actuação, e pouco solidárias com organizações congéneres, na procura de fundos e programas conjuntos de actuação. Outras enveredaram por um caminho de trabalho conjunto e solidário com os seus pares e com as organizações comunitárias, desafiando as desigualdades através de acções colectivas que possibilitem mudanças nas relações de poder.

O movimento de mulheres, em Moçambique, criado e moldado a partir do movimento nacionalista que excluía as lutas de género, caracterizou-se por uma relação problemática com o nacionalismo e com os seus políticos, sobretudo

depois da independência. As lealdades forjadas durante os diversos momentos da luta nacionalista, por um lado e, os desafios decorrentes da construção de novas identidades femininas e de diferentes relações com o Estado e com a sociedade, depois da independência, por outro, podem ser apontadas como razões para esta relação conturbada. Relação contraditória também relacionada com a aceitação ou não das mulheres como actoras sociais e com a questão da transformação do pessoal em político. Qualquer chamada de atenção para a especificidade da mulher era vista como uma deslealdade para com a comunidade e o partido Frelimo e, como atentando contra a preservação do que foi construído e considerado, pelos dirigentes homens, como a cultura e autenticidade Africana, definida como altruísmo, como uma disponibilidade permanente das mulheres darem e cuidarem dos outros.

O movimento conhece ritmos diferentes, desde os anos 70, estando hoje num processo de transformação, através da praxis política, sendo de destacar as respostas do Estado a tal activismo, através de mecanismos políticos e legais que, se por um lado, abrem espaços para diferentes tipos de participação, também bloqueiam ou dificultam os espaços públicos, conquistados pelas mulheres. É possível ver como as diversas associações engendram respostas diferentes, procurando algumas aliar-se aos partidos ou ao governo, e outras, construir plataformas de solidariedade, através do reconhecimento do que as mulheres podem trazer para estas plataformas, a partir da praxis do seu activismo. O papel do Estado tem sido, pois, contraditório, na medida em que cria as condições para o processo de democratização mas, ao mesmo tempo, considera subversivas as organizações que não o apoiam abertamente, alicia outras, apoia movimentos conservadores no sentido de neutralizar o movimento progressista de mulheres e, aprova projectos económico-sociais, que excluem camadas crescentes da população.

Trilhando um caminho diferente das suas congéneres Ocidentais e, talvez pelo carácter do processo em Moçambique, muitas das organizações de mulheres reúnem igualmente homens no seu seio. Para além da descoberta, por parte do movimento crescente de mulheres, da multiplicidade de sujeitos femininos, havia e há a concepção e a prática da necessidade de 'estabelecer uma cadeia de equivalências entre as várias lutas democráticas, de forma a criar uma articulação equivalente entre as exigências das mulheres', dos trabalhadores, e de outras categorias de excluídos. Apesar da crença de que a cidadania moderna é uma categoria patriarcal e de que os seus direitos têm sido conquistados dentro de uma estrutura de poder androcêntrico e eurocêntrico, as organizações de mulheres estão a tentar construir um novo conceito de cidadania que exige uma concepção de agente social que consiga articular um conjunto de posições do sujeito, correspondendo a uma multiplicidade de relações sociais em que se insere, relações sociais entre as mulheres, e entre mulheres e homens (Mouffe 1996: 105; 111-112). '(...) Movimentos de mulheres, quer autónomos, quer integrados noutros movimentos populares, como, por exemplo, o movimento operário e o movimento ecológico, dão testemunho das possibilidades de reconstrução da subjectividade, tanto individual, como colectiva' (Santos 1994: 264).

Muitas associações de mulheres não se consideram feministas e distanciam-se deste movimento, o que parece estar relacionado com as diversas interpretações que o movimento feminista tem sofrido, desde a luta armada de libertação em Moçambique. Defendem, entretanto, uma perspectiva de direitos humanos e de género, fruto dos desenvolvimentos no seio do movimento feminista, a partir dos anos 70, como resultado da globalização capitalista e das agendas dos doadores, por um lado, mas também da globalização do feminismo, através da participação em discussões e encontros, a nível do continente e mundial.

A sua perspectiva de emancipação da mulher representa uma mistura de visões, cada uma com maior ou menor força. Os seus programas e propostas podem estar ligados à corrente liberal e ou à da igualdade, numa estratégia de articulação de diversas exigências, dependendo dos momentos históricos – em momentos eleitorais, conferências regionais ou internacionais, para a adopção e implementação de convenções internacionais ou continentais, na discussão de determinadas leis ao nível da Assembleia da República.

Esta mistura de visões pode, por vezes, ser problemática. Por detrás do mito da igualdade de oportunidades, existe um tratamento desigual, a discriminação sexual, os estereótipos culturais, e a subordinação das mulheres, em casa, no mercado, nos processos de tomada de decisão. Os movimentos de mulheres apoiam a prática liberal, na medida em que a análise baseada nas relações de género, possa traduzir-se em programas políticos positivos – prolongamento das licenças de parto, criação de creches e infantários, salário igual para trabalho igual, leis contra a violência de género e o assédio sexual, vantagens em termos de saúde, educação, justiça. Contudo há limites para este tipo de análise pois a concepção do poder apenas em termos de acesso às instituições sociais, económicas ou políticas, e não de desafio das estruturas de poder existentes, põe de lado outras possibilidades e alternativas, avançadas pelas feministas radicais, como é o caso da actividade cívica e o autogoverno participativo (Dietz 1996: 3-8).

A participação das mulheres em diversas associações é bastante ambígua e contraditória, e reveladora de realidades complexas, nos esforços para serem conseqüentes com os seus ideais e posicionamentos. Algumas organizações são, no geral, de carácter patriarcal, baseiam-se na hierarquia e na competitividade, como valores supremos e ao acederem aos cargos de tomada de decisão as mulheres embriagam-se com o poder, habituando-se às relações hierárquicas, a uma determinada forma de falar e de vestir, exigidas pelo facto de se estar dentro de uma instituição patriarcal, perdendo a identidade feminina (Oliveira 1991). As mulheres que vão acedendo a cargos de poder, tendem a perpetuar as práticas existentes, mantendo o *status quo*, o que não é difícil de entender, pois mulheres e homens são socializados a aceitar as práticas culturais e as leis opressivas e repressivas, como legítimas.

Convém salientar alguns aspectos contraditórios resultantes da participação nas organizações: a destruição do patriarcado é a estratégia para a incorporação

da perspectiva de género em todo o sistema governamental e nas associações, mas também significou a institucionalização da tecnocracia de género (Arnfred 1999; Hanselma 1997). O reconhecimento oficial da violência de género, como uma violência dos direitos humanos, foi um passo em frente para a sua eliminação. Mas também foi uma cooptação do discurso feminista, sobretudo sabendo-se que os governos que promovem as leis, produto deste acordo, são os mesmos que, no quotidiano reprimem com violência mulheres, meninas e meninos, com aparatos de segurança, e as suas medidas económicas. Mas também é contraditório o facto de que, as leis que se promulgam em todo o mundo podem ser instrumentos poderosos para nos consciencializarmos a exigir o respeito pelo direito humano de viver uma vida sem violência (Facio 1997: 5-7).

Fórum Mulher – Há vinte anos a caminhar pelos direitos humanos das mulheres

Em Abril de 1990, por iniciativa do PNUD e UNICEF, Oficiais de Programa Mulher no Desenvolvimento, de diversas organizações doadoras, iniciaram um contacto mensal, no sentido de trocar informações e programar projectos e actividades conjuntos, na área da 'Mulher no Desenvolvimento'. Este encontro mensal teve a designação de *Inter-Agency WID Meeting*. Faziam parte destes encontros representantes do UNICEF, PNUD, FNUAP, FAO, Banco Mundial, USAID, DANIDA, NORAD, ASDI, CUSO-SUCO (Agência Não-Governamental de Desenvolvimento Canada-Moçambique), *Save The Children-UK*, *Save The Children-US*. Gradualmente este grupo foi incluindo representantes de organizações governamentais e não-governamentais moçambicanas mais envolvidas na problemática da 'Mulher no Desenvolvimento', como por exemplo, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), o CEA/NEM/UEM² e o Ministério da Cooperação. Este grupo passou a designar-se *WID Working Coordination Group*, a partir do 3º trimestre de 1990, do qual foram fazendo parte também, a Comissão Nacional do Plano, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, a Direcção Nacional de Economia Agrária (DNEA) do Ministério da Agricultura³ e da CARE.

Esta actividade foi, porém, interrompida depois de aproximadamente 15 meses de encontros mensais regulares (até Agosto de 1991), nas sedes das organizações participantes, por falta de recursos humanos e por impossibilidade de consagrar tempo para assegurar uma continuidade de trabalho entre as reuniões. O funcionamento do grupo baseava-se nas contribuições voluntárias rotativas dos participantes, o que se foi revelando insuficiente, apesar do muito que se foi conseguindo em termos de coordenação de actividades realizadas ou a realizar, identificação de necessidades, consultorias ou projectos de investigação realizados. O último encontro deste grupo realizou-se a 30 de Agosto de 1991. Deste grupo saiu a proposta de se realizar um Inventário de Programas, Projectos e Actividades na área 'Mulher no Desenvolvimento' em Moçambique, efectuada pelo CEA e que possibilitou uma

visão acerca dos projectos existentes e das regiões de Moçambique contempladas pelos mesmos⁴.

Entretanto, considerando a importância da coordenação e contactos entre os diferentes actores que efectuavam trabalho para a promoção da mulher, surgiu uma proposta de várias organizações – OMM (representada por Rafa Machava)⁵, CEA/DEMEG⁶ (por Isabel Casimiro), UNICEF (por Diana Pereira) e NORAD (por Nina Berg) – no sentido de reactivar o grupo, com a perspectiva de criação duma rede informal moçambicana de organizações, tendo em consideração a necessidade de alargar o grupo para incluir: associações femininas nacionais; ONG's estrangeiras com programas da mulher; Ministérios e outras instituições nacionais mais vocacionadas para o desenvolvimento da mulher; doadores internacionais. O grupo seria soberano, com participação em termos iguais de cada uma das organizações e instituições. O grupo aprovaria uma coordenadora nacional e uma cooperante para efectuar o trabalho prático dando-lhe as directivas. O funcionamento do grupo seria financiado pelos doadores participantes, de acordo com planos de actividades elaborados pelos seus membros.

Os seus objectivos seriam:

1. Melhorar a comunicação entre os diferentes actores no campo *WID* (*Women in Development*, 'Mulher no Desenvolvimento'); oferecer um fórum de discussão sobre estratégias e metodologias; trocar informação e experiências; coordenar o trabalho dos participantes para uma melhor eficiência;
2. Servir e capacitar os participantes para apoiá-los na sua tarefa de promoção da mulher – organizar cursos sobre temas escolhidos pelo grupo, p. ex. gestão, administração, identificação de projectos, gender awareness, etc.; sensibilizar os órgãos estatais sobre a importância da integração de programas específicos para a mulher nos planos de acção do governo; disponibilizar informação sistematicamente recolhida sobre as actividades no campo da 'Mulher no Desenvolvimento' em Moçambique.

Esta proposta tinha como base a convicção de que o Grupo de Trabalho Mulher no Desenvolvimento em Moçambique deveria continuar a funcionar, mantendo-se como um grupo informal; a representatividade de diversas organizações sociais moçambicanas na área da mulher; a necessidade duma fase transitória para reforço e crescimento; a existência de um grupo pequeno na fase transitória, representando 2 associações nacionais (OMM e ACTIVA) e 1 centro de pesquisa (CEA), que trabalharia com a cooperante, de Julho de 1992 a Janeiro de 1993. Durante estes seis meses o Grupo distribuiria entre si as áreas de trabalho e apresentaria um programa de actividades, de acordo com as Tarefas do Grupo; disponibilização de tempo para os membros das organizações dedicarem ao Grupo provisório.

O Grupo Informal iniciou as suas actividades com a designação de 'Grupo de Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento', funcionando em instalações disponibilizadas pela OMM, tendo cumprido com todas as actividades propostas e

aprovadas pelos seus membros. Foi em 1992 que passaram a participar deste grupo a ACTIVA, a MULEIDE e o IDIL (Instituto para o Desenvolvimento da Indústria Local).

Durante o 1º semestre de 1993 o Grupo de Coordenação discutiu, para além de questões relacionadas com a selecção da futura coordenadora nacional, os objectivos e a definição do que deveria ser no futuro. Os debates, com uma ampla e democrática participação de grande parte das organizações então existentes, prolongaram-se por cerca de 6 meses, tendo-se decidido pela criação do Fórum Mulher – Coordenação para Mulher no Desenvolvimento – com o respectivo, Estatuto, Programa de Actividades e logótipo. Os seis meses de debates e preparação que levaram à criação do Fórum Mulher transformaram-se em momentos especiais de conhecimento e aprendizagem mútua, de democracia participativa, momentos por vezes de grande tensão, mas com uma grande dose de solidariedade e de criatividade, envolvendo mulheres e homens, com diferentes origens sociais, ideologias, crenças religiosas, visões e perspectivas de desenvolvimento e sobre a mulher. Para algumas agências doadoras – que apoiavam estes preparativos e estavam dispostas a financiar a futura organização em preparação – perdeu-se demasiado tempo. A convicção do núcleo duro foi, entretanto, a de que estes seis meses ajudaram a preparar as condições para o surgimento da rede que se foi construindo e consolidando no próprio processo da sua gestação.

A ideia inicial de ser uma rede informal de diverso tipo de organizações acabou por não se concretizar, devido a questões práticas e legais – contratos, orçamento, sede – que obrigaram a uma legalização como associação, três anos depois do início dos trabalhos preparatórios. O Fórum Mulher foi constituído como uma rede de organizações de natureza variada, mas com o objectivo de lutar pela liberdade e igualdade da mulher, com associações nacionais e internacionais, agências das Nações Unidas e de desenvolvimento de países diversos, organizações governamentais, organizações religiosas, ligas femininas de partidos políticos, organizações de camponeses, de operários, de empresários, cooperativas, sindicatos. O Fórum não tem fins religiosos, partidários, nem lucrativos.

O Fórum Mulher começou a trabalhar em 1993, mas apenas ficou legalizado em 1996. O seu gabinete está sediado em Maputo, mas a sua intenção sempre foi a de estabelecer contactos com todas as organizações e grupos de mulheres em diferentes pontos do país (Panfleto do Fórum Mulher, Maputo, 1993).

Nos primeiros anos as suas actividades foram norteadas pela participação no desenvolvimento sócio-económico-cultural do país; luta pelos direitos das mulheres e dos homens e que estes sejam gozados pelos indivíduos; participação da mulher e de outros grupos excluídos da sociedade no desenvolvimento; a existência de interesses e objectivos comuns entre os membros; a necessidade de conjugação e de coordenação de esforços e de procura de consensos quanto aos princípios (Seminário dos Órgãos Sociais do Fórum Mulher, sobre a adequação do lugar, papel e objectivos da Organização e expectativas da sociedade, Maputo, 15/11/97).

As suas áreas de actividade na fase inicial eram: i) Formação, ii) Informação, iii) Implementação da Plataforma de Beijing, Cairo e Copenhague, iv) *Lobbying*.

Em relação à Formação, o Fórum foi desenvolvendo capacidades ao nível dos seus membros e criou uma Rede de Formadores e Consultores na área de Capacitação Institucional, Gestão de Projectos, Metodologia de Planificação de Género, *Lobbying*, Educação Cívica, Participação Democrática. Na área da Informação, publica trimestralmente um Boletim, distribuído a todos os membros e interessados. No âmbito da Implementação da Plataforma de Beijing, Cairo e Copenhague, o Fórum Mulher coordenou o Programa ‘Todos Contra a Violência’⁷, com a participação de várias associações e instituições do governo, através dum Grupo de Trabalho constituído pelo *Kulaya* (Centro de Acolhimento de pessoas vítimas de violência, e que significa refúgio) – no Centro de Psicologia da Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), situado no Hospital Central de Maputo (HCM) – o Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social, o Centro de Estudos Africanos (CEA) – que desenvolve pesquisa nesta área de violência – a OMM e as associações MULEIDE, Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica, Associação Moçambicana Mulher e Educação. No que respeita à área de actividade *Lobbying*, foi realizado trabalho aquando das eleições de 94, no sentido de se garantir uma percentagem de mulheres ao nível do Parlamento e do Governo, trabalhou-se com os partidos políticos sobre as questões relacionadas com a mulher e criou-se um grupo de trabalho que discutiu a pertinência ou não da existência dum Ministério sobre questões da mulher, à semelhança do que acontece noutros países.

Esta rede desempenhou um papel importante na educação cívica, aquando das primeiras eleições multipartidárias de 1994, fez lobbies no sentido de que o Parlamento integrasse, pelo menos 1/3 de mulheres, que o Governo integrasse mulheres profissionais e respeitadas e inscrevesse a perspectiva de género no seu Programa. Membros seus integraram grupos de trabalho que elaboraram reflexões sobre questões éticas a tomar em consideração no respeitante aos métodos de trabalho e ao exercício do poder, para o Governo saído das primeiras eleições multipartidárias.

Em 1994/95 coube ao Fórum Mulher realizar os preparativos para a participação das organizações moçambicanas na Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, em Setembro de 1995. Teve um papel mobilizador e activo na discussão sobre a nova Lei de Terras, aprovada pela VI Sessão do Parlamento, realizada entre Fevereiro-Abril de 1997. A questão da terra é um assunto bastante ‘quente’ em Moçambique, onde se conjugam pressões externas e internas no sentido da privatização da terra. Até ao presente momento, a terra é propriedade do Estado todavia, após o Programa de Reabilitação Económica, iniciado em 1987 e a globalização das políticas neo-liberais, tem havido um mercado informal de terras e, as principais prejudicadas são as mulheres, num país onde são as principais produtoras de bens alimentares e onde cerca de 60% das exportações vêm do sector familiar. De entre os títulos de posse de terra⁸ até ao momento entregues a camponeses, apenas 1% são para mulheres.

A Rede Fórum Mulher realizou nos primeiros anos encontros mensais com os seus membros para debater questões relativas à organização, discussão de temas específicos, introduzidos por representantes das suas organizações ou pessoas convidadas. Por exemplo, aquando do debate sobre a revisão da Lei do Trabalho, realizou-se um encontro onde o Comité da Mulher Trabalhadora (COMUTRA), da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM) apresentou as suas posições. Uma acta deste encontro foi anexada ao parecer da Comissão dos Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e de Legalidade, da Assembleia da República, aquando da discussão da Revisão da Lei do Trabalho, na sua VII Sessão em finais de 1997.

O Fórum Mulher operou inicialmente na Cidade de Maputo, desenvolvendo contactos com várias organizações nas províncias, ao longo dos primeiros cinco anos de actividade, através do envio regular de informação diversa e do Boletim do Fórum Mulher (trimestral) e convites às organizações para participar em encontros ou cursos, garantindo, deste modo, uma participação nacional. O Fórum também realizava reuniões regionais – reuniões preparatórias da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre a Mulher em Beijing e reuniões sobre o programa pós-Beijing. E mantém relações de trabalho e coordenação, no continente Africano, com diversas organizações de mulheres e feministas, bem como com organizações a nível mundial.

Em finais dos anos 90 o Fórum iniciou um processo de reflexão sobre a sua visão e missão, os seus valores e objectivos, discutindo as melhores formas de funcionar como rede, e o relacionamento com as organizações membro. Em Novembro de 1997 teve lugar um Seminário com a participação dos órgãos sociais, para discutir a sua missão e objectivos, a adequação do lugar e papel da organização, bem como as expectativas da sociedade civil. Esta reflexão foi-se revelando importante à medida do seu crescimento, das solicitações das organizações que dele fazem parte e devido à necessidade de se pensar sobre as suas forças e fraquezas. Uma questão que mereceu um grande debate foi a dos membros, que são colectivos, a sua representatividade, responsabilidade e realização das tarefas.

Desafios do Fórum Mulher

Desde a sua criação em 1993 o Fórum Mulher atravessou várias fases, sendo de destacar: i) a das acções de advocacia, 1994-1999; ii) a da integração da perspectiva de género nas políticas públicas, 2000-2009, marcada pela participação na Marcha Mundial das Mulheres e a luta contra a feminização da pobreza, a violência de género e a feminização do SIDA, pela aprovação da Lei da Família (2004) e da Lei da Violência Doméstica praticada contra a Mulher (2009), pela participação no Observatório da Pobreza (OP)⁹; iii) e a fase recente marcada pela aprovação do Plano Estratégico 2009-2013 em que se define como uma organização feminista.

Em 2008 o Fórum Mulher realizou a revisão dos seus Estatutos reafirmando o compromisso de agir como organização da Sociedade Civil, que se orienta pelos ideais

do Feminismo, no compromisso de ‘lutar contra os determinantes sócio-culturais que perpetuam a subordinação das mulheres, resultando nos inúmeros problemas que a nossa sociedade enfrenta: feminização da pobreza, da violência baseada em género, do HIV e SIDA’.

O Plano Estratégico 2009-2013, elaborado colectivamente com as associações membros em 2009, comporta desafios para o Fórum Mulher, dadas as mudanças introduzidas, entre as quais a nova estrutura programática; a gestão baseada em resultados; a necessidade do reforço dos mecanismos de coordenação, transparência e prestação de contas.

Para enfrentar estes desafios, assumiu-se o compromisso de agir numa frente Programática orientada para:

1. O combate à Violência Baseada em Género;
2. A Economia de Género para o empoderamento económico das mulheres;
3. A Luta pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Educação Não Sexista;
4. A melhoria da Participação Política das Mulheres, a todos os níveis;
5. O Reforço da Capacidade Institucional do Fórum e seus membros.

A implementação do plano estratégico tem sido acompanhada por ‘uma avaliação de processo como parte da aprendizagem institucional, frente ao pressuposto que os procedimentos formulados no planeamento e expressos no Plano Estratégico, e nos seus instrumentos de implementação expressam ideias, estratégias e posicionamentos políticos e metodológicos que devem ser incorporados pelas organizações membros. ... o método adoptado se propõe a criar um ambiente para o aprendizado crítico que reflecta o compromisso de membros e equipa do gabinete sobre os problemas e avanços do semestre que permita planificar estratégias e acções adequadas’. A avaliação comporta o acompanhamento dos membros, dos seus limites, as dificuldades para executar actividades e participar do Fórum Mulher e de quais as saídas e compromissos das organizações para melhorar a participação. Instituiu-se um processo de formação permanente na perspectiva feminista e foi elaborada a política de educação da Rede de Formadores (Rocha 2010: 1).

Em 2009 o Fórum Mulher recebeu o Prémio Igualdade de Género, African Gender Award, entregue pela organização Femmes Africa Solidarité e o seu Pan African Centre for Gender, Peace and Development. ‘Forum Mulher has been recognized nationally by the Civil Society members of Mozambique for the notable contribution to gender equality agenda that led the foundation of Family Law and Domestic Violence against Women, both already approved by the Parliament of Mozambique’¹⁰.

Depois de cerca de 5 anos de preparação foi assinado em 2011 um Memorandum de Entendimento com alguns dos parceiros.

Em 2011 existem, em todo o país, diversas redes cuja criação teve o apoio do Fórum Mulher. Referimo-nos à NAFEZA – Núcleo das Associações Femininas da

Zambézia (1997); FOFEN – Fórum das Organizações Femininas do Niassa (2010); NAFET – Núcleo das Associações Femininas de Tete (2011). Está em processo de criação uma rede idêntica na província de Inhambane. A existência destas redes, núcleos ou fóruns provinciais reflecte a vitalidade do movimento de mulheres aos mais diversos níveis e a prática duma cidadania mais inclusiva e participativa.

Conclusões

O Fórum Mulher nasceu duma dupla necessidade de melhor coordenar as actividades em relação à mulher, mas também por parte dos doadores, que viam multiplicar-se as necessidades, as organizações, a duplicação de esforços em termos de projectos e financiamento. Beneficiou, como no caso das outras organizações, dum ambiente favorável, relacionado com a ‘moda’, primeiro da perspectiva ‘Mulher e ou no Desenvolvimento’, seguida por muitas organizações doadoras, e depois, pela perspectiva ‘Género e Desenvolvimento’ e mais recentemente pelo *mainstreaming gender*. Mas acabou por se transformar numa rede autónoma, com independência na elaboração dos seus programas.

Através das suas acções e diálogo entre a sociedade, e entre esta e o Governo, tem contribuído para uma visão holística da sociedade, e para a construção duma solidariedade activa dos seres humanos, ou seja, para uma sociedade de cidadania e subjectividade plenas, para mulheres e para homens.

O Fórum Mulher tem funcionado como uma rede que procura encontrar equivalências entre várias lutas democráticas, não apenas em Moçambique, mas noutras regiões do mundo, de forma a articular formas de luta pelos direitos humanos colectivos e de grupos, de democracia participativa, de autonomia institucional e igualdade, identidade cultural, expansão da liberdade contra o autoritarismo do Estado, ou contra a dominação cultural de massa, enfatizando o empoderamento (Santos 1995: 266-267; Mouffe 1996:105).

O Fórum Mulher clama por ser reconhecido como um actor político com reivindicações e objectivos para o conjunto da vida social, desafiando o discurso dominante e os códigos que organizam a informação e dão forma às práticas sociais, anunciando a mudança possível.

Tendo como guia a solidariedade o Fórum Mulher, através duma acção colectiva articulada em forma de rede, vem combatendo a dominação e o controlo (político, técnico, mercantil) através da defesa do sujeito e de princípios universalistas de liberdade e igualdade, e as suas acções implicam uma ruptura com o sistema que reproduz e reforça a alienação das pessoas através da reapropriação da capacidade de forjar a sua própria identidade (Melucci 2001; Lüchmann e Rodrigues, 2007: 2-3).

Notas

1. A primeira vaga do Feminismo remonta a finais do séc. XIX com a luta das mulheres pelo direito ao voto, daí a sua designação de feminismo sufragista.
2. Centro de Estudos Africanos; Núcleo de Estudos da Mulher; Universidade Eduardo Mondlane.
3. Membros destes Ministérios e da DNEA participaram apenas em encontros para discutir programas/projectos/actividades da sua área.
4. De acordo com este estudo, 90% de todos os projectos nesta área, concentravam-se nas 3 províncias do sul de Moçambique, durante a década de 80 e princípios da de 90.
5. Actualmente Directora Executiva da MULEIDE.
6. O DEMEG, Departamento de Estudos da Mulher e Género, foi criado em 1990, na sequência do Núcleo de Estudos da Mulher, NEM, surgido em 1988, no Centro de Estudos Africanos. Todavia, a sua oficialização, dentro da UEM, só se verificou em 1991.
7. Movimento contra a violência doméstica.
8. DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra.
9. Actualmente designado Observatório do Desenvolvimento.
10. Carta enviada à Directora Executiva do Fórum Mulher, Graça Samo, por Bineta Diop, Fundadora e Directora Executiva, Femmes Africa Solidarité, Abril 2010.

Referências

- Abeyskera, S., 2003, 'Social Movements, Feminist Movements and the State: A Regional Perspective', in *Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN)*. <http://www.dawn.org.fj/publications/docs/prstabeysekera2003.doc>. 23/07/05.
- Amadiume, I., 1987, *Male Daughters, Female Husbands. Gender and Sex in an African Society*. London: Zed Books.
- Antrobus, P., 2004, *The Global Women's Movement. Origins, Issues and Strategies*, London: Zed Books.
- Arnfred, S., 1999, 'Género e Desenvolvimento: Discussão e Crítica', *mimeo*. Dietz, M. G., 1996, 'Cómo Encarar la Ciudadanía', *Perspectivas*, ISIS Internacional, N° 2, pp. 3-8.
- Facio, A., 1997, 'Campaña Mundial 1998: Un Año para Celebrar y Exigir'. *Boletín Red contra la Violencia*, No. 17, Septiembre, pp. 5-7.
- Fouque, A., 1996, 'Transnacional y Federativo', *Perspectivas*, ISIS Internacional, N° 3, pp. 9.
- Francisco, A., et al., 2008, *Índice da Sociedade Civil em Moçambique 2007. A Sociedade Civil Moçambicana por Dentro: Avaliação, Desafios, Oportunidades e Acção*. Maputo: Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade.
- Halsema, I. V., 1997, 'Feminist Methodology and its relation to Policy Research on Gender and Environment'. Paper prepared for *Gender Matters, Method Matters*, Third Seminar of the CERES working group on Gender, Environment and Development, 15/05/97, TDG/UT, *Institute of Social Studies*, Den Hague.
- Loforte, A., 2009 'Os movimentos sociais e a violência contra a mulher em Moçambique: marcos de um percurso', *Outras Vozes*, N° 27, Maputo: WLSA Moçambique.

- Lüchmann, LHH., e Rodrigues, J., 2003, 'Conceituando movimentos sociais', in Lüchmann, L. H. Hahn and Rodrigues, J., 2007, 'O movimento antimanicomial no Brasil'. *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol.12, No.2, pp.399-407.
- Magalhães, M. J., 2007, 'Entrelaços e Desenlaces nos Quotidianos Femininos de Trabalho, Família e Política', in Cunha, T., e Santos, C., Orgs., *Artigo Feminino: Andar por outros Caminhos*, Santa Maria da Feira: AJPZ, pp.117-127.
- Mannathoko, C., 1992, 'Feminist Theories and the Study of Gender Issues in Southern Africa', in Meena, R., ed., *Gender in Southern Africa – Conceptual and Theoretical Issues*. Harare: Sapes Books, pp. 71-91.
- Melucci, A., 1989, 'Um objectivo para os Movimentos Sociais?'. *Lua Nova*: Nº 17, pp. 49-66.
- Melucci, A., 2001, 'A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas'. Rio de Janeiro: Vozes.
- Melucci, A., 1994, 'Qué hay de nuevo en los movimientos sociais', in, Larana, E. e Gusfield, J. (eds.), *Los nuevos movimientos sociales*. Madrid: CIS, pp. 153-180.
- Mouffe, C., 1996, *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva.
- Nhalivilo B., Donduro, I., Wing, L., e Loforte, K., 2010, *Memórias do Fórum Mulher*. Maputo: Fórum Mulher (no prelo).
- Oliveira R. D., 1992, *Elogio da Diferença - O Feminino Emergente*. São Paulo: Editora Brasiliense. 2ª Edição.
- Riechman, J., e Francisco F. B., 1994, *Redes que dan libertad. Introducción a los nuevos movimientos sociales*, Barcelona: Ediciones Paidós.
- Rocha, S., 2010, 'Fórum Mulher, Plano Estratégico 2009-2013. Avaliação de processo e outros encaminhamentos', Maputo: Fórum Mulher.
- Santos, B., S., 1995, *Toward a New Common Sense – Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, London: Routledge.
- Santos, B., S., 1994, *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sen, G. e Crown, C., 1988, *Desenvolvimento, Crise e Visões Alternativas: Perspectiva das Mulheres do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo e Dawn/MUDAR.
- Sogge, D., 1987, 'O sector civil', in Sogge, D., ed., *Moçambique - perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. Amsterdam: Gemeenschapelijk Overleg Medefinanciering, pp. 45-75.
- Tandon, Y., 1991, 'Foreign NGO's, Uses and Abuses: An African Perspective', in IFDA Dossier 81, April/June, Roma.
- Von Bülow, M. e Rebecca A., 2011, 'As Transformações do Estado dos Movimentos Sociais: Como Estudar o Ativismo Através da Fronteira entre Estado e Sociedade? Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Trabalho apresentado no Congresso *Whatever Happened to North-South*. IPSA-EPCR Joint Conference, São Paulo, 16-19 de Fevereiro de 2011.
- Wipper, A., 1995, 'Women's voluntary associations', in Margaret J. Hay & S. Stichter, eds., *African Women South of the Sahara*. London: Longman Group, pp. 164-186. 2ª edição.